

OS DESTINOS DO BACHARELADO EM CIÊNCIAS DO ESTADO*

José Luiz Borges Horta**

Introdução

Deveria a Revista de Ciências do Estado anunciar o fim do Bacharelado em Ciências do Estado? Pois esse foi um dos principais objetivos do presente dossiê do Volume 8, Número 1: desvelar o fim, isto é, os fins das Ciências do Estado. À primeira vista, o fim pode ser interpretado como *final*, no entanto, nossa perspectiva é a filosófica, ou seja, o fim como *finalidade*, como *telos*. A partir deste termo os gregos conseguiam perseguir não o simples desenlace das coisas, senão seus próprios destinos. Por outro lado, a busca pelo sentido daquele bacharelado mostrou-se de semelhante valia, na medida em que cabe a este pretensioso *locus* acadêmico dar condições para se desvendar aquilo que os gregos chamavam de *ontos*. Este conceito alberga a realidade, o *ser* das coisas, aliás, a própria existência.

Assim, a REVICE buscou neste semestre realizar tanto uma ontologia quanto uma teleologia das Ciências do Estado. Este esforço teve como inspiração sua primeira edição, cujo título foi *Ciências do Estado: Trajetórias e Perspectivas* (2016) e contou com três entrevistas, concedidas por três docentes à época muito ligados à criação do curso de Ciências do Estado: José Luiz Borges Horta, Miracy Barbosa de Sousa Gustin e Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira. Tais entrevistas tornaram-se registros históricos daquele curso e serviram de auxílio para muitos daqueles que ingressavam na Universidade.

Nesta feita, celebrando os 15 anos de fundação do Bacharelado em Ciências do Estado, a REVICE acompanhou as novas e atuais vontades daqueles que fazem parte de seu núcleo duro para propor a temática *Ciências do Estado: sentidos e destinos*. Com efeito, resgatando as indagações feitas por nós em 2016, nos propusemos a entrevistar aqueles mesmos professores e aquela mesma professora para que fosse possível comparar as perspectivas de cada um após tanto tempo. Dentre elas, a disponibilidade e a importância dadas à época pelo Professor (ainda não) Titular José Luiz Borges Horta para a produção daquele texto foi de voluptuoso valor para aquela jovem Revista que viria a ser o que é.

* Entrevista elaborada, realizada e transcrita por Lucas Antônio Nogueira Rodrigues, João Pedro Braga de Carvalho, Pedro Luiz Rodrigues Barreto, Nikolas Mendes Salvador e Hellen Luiza Balbino Oliveira.

** Professor Titular de Teoria do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

As próximas páginas foram o resultado da longa e profunda conversa encadeada pelo Professor José Luiz Borges Horta, agora Titular de Teoria do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais. Um dos fundadores do Bacharelado em Ciências do Estado, que permanece lecionando no curso até a atualidade. O Professor possui graduação em Direito, mestrado em Direito Constitucional e doutorado em Filosofia do Direito pela UFMG. Atualmente é membro titular do Conselho Universitário da UFMG e membro da Sociedade Hegel Brasileira (SHB). Na Universitat de Barcelona (UB), Catalunha, desenvolveu estudos pós-doutorais junto à Facultat de Filosofia, sendo recebido como Professor Visitante (2010-2011) e Professor Visitante Sênior (2023-2024). Além disso, lidera dois grupos de pesquisa: o Grupo de Pesquisa dos Seminários Hegelianos (UFMG) e o Grupo internacional de Pesquisa em Cultura, História e Estado (UFMG-UB).

Somos gratos pela generosidade do Professor José Luiz Borges Horta, sempre polêmico, instigante e incessantemente dedicado aos mais relevantes e distintos aspectos do nosso curso, acionário da Universidade pública, gratuita e de excelência. Desejamos às leitoras e aos leitores que as seguintes reflexões sirvam de inspiração para que o destino do Bacharelado em Ciências do Estado se realize, sendo cada vez maior e melhor.

Entrevista

Revista de Ciências do Estado: Há sete anos, quando a *Revice* ainda estava dando os seus primeiros passos, o senhor nos concedeu uma entrevista na qual perguntávamos sobre a potencialidade do curso de Ciências do Estado. Após todo esse tempo, com novas turmas, novos acontecimentos e tantas mudanças perguntamos: o que de mais substancial esses 15 (quinze) anos do curso de Ciências do Estado nos mostraram em relação à proposta inicial? A potencialidade de fato se realizou?

Professor Titular José Luiz Borges Horta: Imagine se não tivesse se realizado. A *potência* vem de Aristóteles com a discussão da potência e do ato e é reincorporada no pensamento hegeliano de uma forma muito interessante: a partir da semente e da árvore. Para Hegel, a árvore já está na semente e a semente e a árvore são a mesma coisa — é preciso, porém, que a semente brote e gere a árvore. Hegel entende, portanto, que ser em potência, como Aristóteles imaginava, não é ser em ato e, ao mesmo tempo, o é. É preciso tornar o que é potencial em ato.

Há quinze anos havia uma discussão muito séria se na Escola [Faculdade de Direito da UFMG] haveria potencial. Há sete anos esse potencial já estava se demonstrando e hoje já é ato. Indo a São Paulo, Rio de Janeiro ou Brasília, sem me referir a Minas Gerais apenas, vê-se que os bacharéis em Ciências do Estado já são conhecidos e reconhecidos pela sua capacidade e ocupam funções de destaque não só no Poder Público, mas também na iniciativa privada.

O Professor Marcelo Cattoni, hoje catedrático de Direito Constitucional — pois também ele passou pela ascensão necessária na carreira acadêmica — frisava desde o primeiro momento de abertura que o curso não formaria profissionais apenas para o serviço público, no sentido mais amplo do conceito, ou seja, não seria um curso voltado para o que se poderia chamar de administração ou gestão pública, mas voltado para pensar o Estado no seu tempo. Ele formaria aqueles que conseguem pensar no Estado como a forma mais elevada da vida ética, que é o máximo de organização e que traz dentro de si, segundo Hegel, a família e a sociedade. Ora, qualquer empresa que precise dialogar efetivamente com o Estado, que precise lidar efetivamente com o Estado, ou que precise pensar, precisa de um cientista do Estado, ou pode valer-se de um cientista do Estado em seu processo usual de produção econômica e cultural. Observa-se então que não somente no universo político, o qual sempre foi prioritário no curso, os egressos de Ciências do Estado brilham sem parar. Nossos ex-alunos são uma fonte inesgotável de criatividade e capacidade crítica, na arte, na cultura, no que equivocadamente se convencionou chamar de terceiro setor, e no mercado, nacional e transnacional.

Do ponto de vista da estrutura do Estado, hoje temos egressos brilhando nos planos da União, dos estados e dos municípios, mesmo sendo muito jovens. Afinal, os primeiros egressos não têm dez anos de formatura, me parece. Prefeito, vereadoras e vereadores que já presidiram câmaras municipais, assessorias parlamentares e orçamentárias, secretarias municipais, cargos de confiança, concursos públicos... um festival de sucesso.

Na Academia, temos egressos em diversas universidades no Brasil e no exterior. Não apenas na UFMG, ou no Programa de Pós-Graduação, que por conta do curso de Ciências do Estado finalmente alcançou o pleno de obter o Conceito Capes 7, que é o conceito mais elevado possível que se pode obter na pós-graduação nacional. Até então, não havia nenhuma pós-graduação na área do Direito que tivesse esse conceito. Sabe-se do peso que professores do curso de Ciências do Estado, que são também são professores do Programa de Pós-Graduação em Direito, têm na conquista do conceito 7 — significando não

apenas internacionalização, mas excelência em internacionalização — a começar pelo próprio Professor Marcelo Cattoni, grande líder da geração que levou o curso do conceito 6 para o conceito 7 e que, indiscutivelmente, compromete-se com o curso de Ciências do Estado.

Logo, se o curso tivesse se tornado mais ainda a potência em ato, não sei em que ponto estaríamos — provavelmente teríamos um governador de Minas bacharel em Ciências do Estado. De toda forma, não há a menor dúvida de que há parlamentares sequiosos, desejosos de trabalharem com bacharéis em Ciências do Estado. Já parlamentares, e grandes ocupantes de cargos da maior importância, que não conseguem mais viver sem um ou mais bacharéis em Ciências do Estado por perto. Quanto a isso, não acredito que exista alguém que possa negar que aquilo que era potência já se transformou em ato.

Revista de Ciências do Estado: A nosso ver, a fundação do Bacharelado em Ciências do Estado permitiu restaurar dentro de nossa Faculdade um centro de debate e pensamento essencialmente político. Como sabemos, essa proposta movimentou, e ainda movimenta, resistências dentro e fora de nossa própria unidade. Em sua visão, como o curso foi capaz de se consolidar em meio a essa oposição? E, além disso, como esse rechaço se renovou de lá para cá?

Professor Titular José Luiz Borges Horta: Essa pergunta toca em um ponto que não pertence propriamente à Faculdade de Direito, nem muito menos à Universidade Federal de Minas Gerais, que é conhecida e reconhecida nacionalmente como uma das universidades mais politizadas no bom sentido, com uma longa tradição de intensidade e participação em debates políticos nacionais e internacionais.

A Faculdade de Direito, em que pese não usar seu peso político inteiro, nunca deixou de ser uma Casa eminentemente política. Ela apenas foi contendo o seu brilho político e o apagando, ou o tornando opaco — como se a Faculdade de Direito da UFMG buscasse passar despercebida politicamente. Desde a chamada transição, a Casa de Afonso Pena ofereceu personalidades políticas a Minas Gerais apenas no período do governador Tancredo Neves, no período do governador Hélio Garcia e no período do governador, agora ministro do Tribunal de Contas da União, Antônio Anastasia. Todos os demais governadores de Minas não são egressos da Casa, o que assusta se compararmos com períodos anteriores da história de Minas, na qual sempre alguém preparado pela Faculdade esteve à frente do

estado. Minas Gerais detinha um protagonismo nacional inequívoco, mas esse fenômeno não pode ser uma acusação a Minas, e sim ao espírito do tempo, ao *Zeitgeist*.

Vivemos em um tempo cuja característica central, desde os anos 1950, é o ódio à política. Odeia-se política e qualquer manifestação política e assim construiu-se um país onde não se vive uma democracia, mas uma cleptocracia. No senso comum deste país, a política é um exercício cleptocrático, que se faz por métodos não propriamente democráticos, mas um exercício em que é necessário corromper-se e corromper.

Nossa resistência ao financiamento público da democracia exemplifica a gravidade da questão. Nossa democracia já é privatizada em inúmeros aspectos, mas olhando somente para esse ponto, o do financiamento da democracia, há políticos que vão alegremente ao Parlamento e votam contra o financiamento público dos partidos políticos, o que significa votar a favor do financiamento privado, isto é, contra o fundo partidário e o fundo eleitoral os quais visam impedir que o dinheiro privado intervenha. Não pode haver dinheiro privado na democracia, não pode alguém comprar um mandato parlamentar. Se há dinheiro privado na democracia, vive-se uma plutocracia, na qual se tenta impedir que a política exista, mediante a interferência do capital financeiro, do dinheiro privado.

Vivemos, portanto, naquilo que já tivemos a oportunidade de denunciar em um texto já um pouco antigo, mas ainda muito vivo, *A era pós-ideologias*.¹ Não aceitam a existência de ideologias, não querem debater ideologicamente, primeiro porque não querem assumir suas próprias ideologias, não querem dizer a que vieram, e segundo porque não querem acusar os adversários daquilo que os adversários realmente são. Então o debate não é aberto, não é político, é *despolítico*. O ódio é o que existe, ódio não só ao adversário, mas à política.

É com isso que convivemos permanentemente no momento da chamada globalização. Como dizia o Dr. Ulysses Guimarães, “Isso que aí está” foi um processo realizado por aqueles que têm medo da política, e preferem entregar as decisões políticas não ao povo, mas aos sábios, que pertencem a estruturas aristocráticas. Esse problema também está presente em nossa Faculdade; não estamos alienados do mundo, pelo contrário, convivemos com as pessoas que odeiam a política em todos os lugares, inclusive nas salas de aula.

¹ Cf. HORTA, José Luiz Borges; FREIRE, Thales M.; SIQUEIRA, Vinicius de. A era pós-ideologias e suas ameaças à política e ao Estado de direito. *Confluências*, Niterói, v. 14, p. 120-133, 2012. [Nota dos Entrevistadores – N. E]

Esse fato leva, em determinados momentos, a um silenciamento do debate. Mas com o curso de Ciências do Estado não tem jeito. O *ethos*, o jeito de ser do curso impede esse silenciamento político. O curso ferve e todos os alunos e as alunas que nele ingressam — e isso foi uma luta para que assim fosse possível — são imediatamente colocados diante da imensa possibilidade da diferença. Não acreditamos no pensamento único. Construimos o curso com a ideia de que a dialética, o enfrentamento de ideias, deveria ser o ponto chave e isso é feito dentro de sala de aula, desde o primeiro momento, sobretudo metodologicamente com a estrutura dos seminários de debates de textos e temas das disciplinas, em que os enfrentamentos são constantes.

Há colegas docentes que não aceitam ir para o curso de Ciências do Estado porque não vão aceitar enfrentar o debate, já que muitas vezes ele é feito contra o próprio professor, mas muitos querem ser enfrentados, porque somente no debate é que a dialética se faz, que a pessoa consegue autorevelar-se e descobrir que ela pensa diferente do colega que se assenta ao lado.

O problema da despolitização é um problema de época, que está presente em todos os lugares e que temos de dar combate permanente, pois não há nada mais maravilhoso que a Política. Há um sentimento em Minas Gerais — e por isso o curso teve de ser criado no estado — de defesa da liberdade. E a política exige a liberdade, assim como a liberdade exige a política, pois ambas se encontram na democracia. Minas, na sua raiz mais profunda de pensamento, é liberdade, e quando há um curso em que o culto à liberdade de debate, à verdadeira liberdade acadêmica, é tão forte, tão claro, seus egressos passam a exercer um papel importante no Estado e, abaixo dele, na sociedade.

É muito interessante porque temos um fenômeno engraçado na Faculdade. Algumas pessoas entram no curso de Ciências do Estado e depois vão para o curso de Direito, fazem o procedimento de reopção e o relato é que os egressos dos primeiros períodos de Ciências do Estado que vão para o curso de Direito desestruturam o pensamento único que muitas vezes é a característica de algumas metodologias utilizadas no curso de Direito. Eles enfrentam aquilo porque já foram libertos e quando vão ao curso de Direito já chegam livres, com as mentes recuperadas para a criatividade. Mas a luta continua. Vamos continuar lutando para que a política persevere, para que a política se transforme cada vez mais em uma atividade honrosa, prazerosa e maravilhosa, como ela sempre foi, como ela deve ser, enfim, como ela é.

Revista de Ciências do Estado: O ano de 2023, no qual o curso completa os 15 (quinze) anos de fundação, já é palco de um contexto político intensamente distinto do que tínhamos há um tempo atrás, especialmente com a herança da pandemia de 2020 e todas as mudanças impostas por meio dela. Somado a isto, tanto a política doméstica como a geopolítica externa, demonstram significativas alterações de cenários e de autores políticos. Assim, como o senhor interpreta essas mudanças? E além disso, de que forma essa nova conjuntura pode servir de oportunidade às universidades brasileiras, e em consequência, ao Bacharelado em Ciências do Estado?

Professor Titular José Luiz Borges Horta: Vejam como eu estava correto, a política nacional como coisa de casa, assunto privado, vejam que abominável. Vocês dizem que a política internacional é geopolítica, mas a política nacional é política *doméstica*. Novamente Aristóteles, a política da casa, *oikos*, e a política verdadeira, a da cidade.

Em matéria de política *doméstica*, estamos hoje onde estávamos há 15 (quinze) anos atrás, não mudou absolutamente nada, o cenário e a estrutura são os mesmos, tudo igual, sem nenhuma autocrítica dos erros cometidos no passado — não mudou nada dentro do Brasil.

Talvez nós tenhamos passado nesse tempo por um avanço muito grande do ódio à política maior do que nós vivemos de 1964 em diante. Maior do que tivemos nos movimentos *Xô Sarney, Fora Collor, Fora FHC, Fora Lula, Fora Dilma e Fora Bolsonaro*. Nega-se ao adversário a condição de humano. No *Fora Dilma* já havia elementos — e é preciso fazer essa autocrítica de desrespeito à condição humana da Presidente. Ela era muitíssima animalizada nas críticas feitas à condução, à fala e aos pontos de vista, e o mesmo foi dado ao Presidente Bolsonaro. Os dois receberam um processo de desumanização muito grande, talvez maior com ele do que com ela, mas é um processo que não começou agora, é um processo em que já estávamos. Se é que houve alguma mudança, essa mudança veio de 2011 para cá.

Do ponto de vista ideológico, também não mudou absolutamente nada, nem no Parlamento, que usualmente não passa por essas transições, nem muito menos no Poder Executivo, que é muito bem controlado, basta ver que um único partido político está sempre no segundo turno e é este partido que escolhe contra quem — ninguém fura a bolha, jamais foi furada a bolha criada pelo petismo brasileiro, por isso que o antipetismo é uma força maior, o antipetismo é exatamente a resistência que aumenta sem parar a esse eterno retorno dos mesmos segundos turnos presidenciais brasileiros, um candidato petista contra um

candidato escolhido pelo PT para estar no segundo turno, às vezes escolhido para perder e às vezes escolhido para ganhar, mas sempre escolhido pelo PT. Isso é uma reiteração de prática da política brasileira, não há outra opção, sempre *nós e eles*.

Não há outra alternativa, ou há, o parlamentarismo. Mas o país acha que não é avançado o suficiente para viver o parlamentarismo por ser subdesenvolvido politicamente, acredita-se que só povos desenvolvidos politicamente podem ser parlamentaristas, ou semipresidencialistas, esquecendo que o presidencialismo só funciona em um único país no mundo, com desenvolvimento, somente nos Estados Unidos da América, onde as eleições sempre foram indiretas, não diretas.

Presidencialismo com eleições diretas gera necessariamente subdesenvolvimento, não tem como negar esse fato, como também não tem como negar que o partido facista italiano, liderado por Giorgia Meloni, chegou ao poder com a proposta de transformar a Itália, que é um parlamentarismo razoavelmente bem assentado, em um presidencialismo com eleições diretas do presidente da república.

O Brasil também tem esse mesmo problema. Em 1984 erramos. Ao invés de pedirmos parlamentarismo, pedimos diretas, e isso ficou marcado. De 30 em 30 anos o país erra ao decidir entre presidencialismo ou parlamentarismo. Errou em 1963, em 1993 e já estamos em 2023. Se houver de novo uma campanha midiática sobre essa discussão, vamos errar porque vão mentir que o parlamentarismo não é democracia quando na verdade não há democracia fora do parlamentarismo.

Geopoliticamente as circunstâncias são completamente diferentes do que tínhamos em 2010. O mundo já é multipolar, não adianta fantasiar que os norte-americanos controlam o mundo, não controlam mais. Ainda controlam a OTAN, o que é muito assustador, mas também muito engraçado o que foi revelado agora por um jornalista premiado no Pulitzer. Segundo a matéria, os Estados Unidos da América planejaram e executaram o maior gesto de guerra contra a Alemanha desde 1945 ao explodirem no Mar Báltico dois dutos de petróleo da Alemanha chamados *Nord Stream 1* e *Nord Stream 2*. Foi um ataque à economia alemã, à vida dos europeus e à segurança energética da Europa; foi, portanto, um gesto de terrorismo de Estado, ou um gesto de guerra simplesmente, perpetrado pelos Estados Unidos com o apoio do Reino da Noruega. Hoje a Alemanha está em uma crise muito próxima àquela vivida após a *Guerra Civil Europeia* devido à tentativa norte-americana de tentar prejudicar o projeto da *Eurásia* — ou *Eurasianismo* — a fim de reforçar o projeto do

Euroatlantismo. A grande dúvida é se a Europa é mais próxima das tradições do cristianismo ortodoxo russo ou das tradições do cristianismo calvinista anglo-saxão.

A possibilidade da União Europeia ter gás barato — energia barata —, quer dizer, a segurança energética europeia foi definitivamente destruída pelos Estados Unidos da América. Mas essa investida não parou e não parará a China, a Rússia, o Irã, a Turquia e, curiosamente, nem o Brasil ou Israel de manterem suas relações. A presença de Israel no Brasil é muito forte e vai continuar sendo, assim como a presença do Brasil em Israel também. Nada disso muda porque o projeto da Doutrina Monroe de 1823 é um projeto contra o Reino, contra o Império criado no ano anterior, em 1822, o Império do Brasil.

Dessa forma, o cenário geopolítico mudou com a construção dos BRICS, especialmente dos BRICS+, com a inclusão de países como a Turquia, o Irã e, talvez, de Israel. Israel é um país extremamente avançado, tanto do ponto de vista tecnológico quanto do político. Israel não tem constituição escrita, mas tem um Estado de Direito que funciona magnificamente bem, e Benjamin Netanyahu está operando uma profunda reforma na sua constituição material rumo ao quarto paradigma de Estado de Direito — e isso muda completamente o cenário mundial. Como Samuel Huntington havia explicado em 1993 no *Choque de Civilizações*, descrevendo a emergência das civilizações, que inevitavelmente se daria, e a incapacidade de se manter a farsa de uma única civilização. A partir do momento em que se destampa a farsa do duopólio ideológico dos *capitalistas versus comunistas*, se desmonta a farsa da Guerra Fria — que de fria não tinha nada — e o mundo então retoma as suas respectivas culturas e tradições, especialmente as tradições religiosas.

Quando escrevi a minha tese de doutorado, que depois foi publicada como *História do Estado de Direito*,² na banca um examinador me perguntou se a tríade do Estado de Direito que eu defendia era a tríade francesa “*liberté, égalité et fraternité, ou la mort*” — liberdade, igualdade e fraternidade, ou a morte — ou é a tríade norte-americana “*liberty, property and prosperity*” — liberdade, propriedade e prosperidade. Por óbvio, a francesa. Por razões civilizacionais, nossa cultura não é uma cultura da propriedade e da prosperidade, é uma cultura da igualdade e da fraternidade. A nossa liberdade exige igualdade e fraternidade, a liberdade norte-americana exige propriedade e prosperidade.

² Cf. HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011. [N.E]

Revista de Ciências do Estado: Agora regressando especialmente ao curso de Ciências do Estado, ao nosso ver as ciências do estado são por excelência um campo interdisciplinar de estudo, e essa característica, cremos, é o que impele ao curso sua natureza disruptiva e sua auto capacidade e oxigenação do ambiente acadêmico político. Contudo, como bem dito pelo senhor naquela entrevista de 2016, “tem de haver espaço dentro da faculdade de direito, também para os colegas que não pensam como os clássicos, que não operam na interdisciplinaridade, mas que ao contrário, mergulham no universo da disciplinaridade ou da dogmática, da técnicas jurídicas ou jurídicas processuais”.³ Diante dessa afirmação e desse cenário, como esse embate ideológico entre a dogmática e a interdisciplinaridade tem se perpetuado nos dias de hoje? Há esforços de conciliação e aproximação entre essas ditas duas culturas?

José Luiz Borges Horta: Entendo que esse é um embate em que nós conseguimos a dita pacificação da Faculdade, muito especialmente graças ao nosso grande diretor Fernando Jayme. O Professor Fernando Jayme é um professor de Processo Civil, nada pode ser mais dogmático do que Direito Processual — não deveria nem ter esse nome, o nome original é direito judiciário —, mas é um intelectual muito sofisticado e, mais do que isso, ele tem um coração marcado por uma generosidade e um amor pela Faculdade de Direito muito grande. Seu mandato na Direção da Escola — com o Professor Aziz Tuffi Saliba na Vice-Direção — foi de impressionante pacificação. A Escola vivia uma série de divisões internas, até mesmo entre setores dogmáticos — uns setores dogmáticos contra outros — e entre os setores interdisciplinares — uns setores interdisciplinares contra outros. Fernando conseguiu pacificar de uma tal forma, unificar a Escola na sua diferença, na sua pluralidade, que o tema nem se coloca mais.

Aquilo que eu defendia na entrevista era que parasse esse embate, e que houvesse espaço para os colegas que não pensam interdisciplinarmente, mas disciplinarmente — não há erro em pensar disciplinarmente, a imposição da interdisciplinaridade não faz sentido, muito embora ela leve o intelectual para a fronteira, nos dois sentidos, no sentido de estar na fronteira da sua área com as outras áreas, mas também no sentido de estar na fronteira do conhecimento, no ponto mais avançado do conhecimento que aquela área possui. É

³ Cf. HORTA, José Luiz Borges. Entrevista com o professor José Luiz Borges Horta. Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2016. DOI: 10.35699/2525-8036.2016.4991. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revise/article/view/4991>. Acesso em: 9 jul. 2023. [N.E]

fundamental que haja aquelas pessoas que não estão na fronteira, mas no coração da área, que dominam com total sofisticação o seu campo de estudos.

Logo na gestão do Professor Fernando, nós iniciamos um ciclo profundo de renovação da Faculdade, que é o ciclo de renovação das Cátedras. No momento em que se tem a ausência de catedráticos — em que os catedráticos todos se aposentam e não estão mais em exercício efetivo —, se tem uma espécie de anarquia: não há nenhum tipo de referência para nada. Na anarquia tem-se a disputa pela força, pela violência, os conluios, políticas muito esquisitas, gestos extremamente impróprios. Mas a partir do momento em que há um catedrático em uma área, ela está pacificada, ele tem uma voz que tem condições de dar força àquela área, uma unidade na diversidade daquela área.

Na medida em que as cátedras são reconstituídas — tendo ocupantes —, passamos a ter uma massa crítica de catedráticos na Casa, onde não se tem mais conflito, porque eliminam-se os conflitos internos às áreas, o que reforça o ponto de vista da pacificação. A questão de uma potencial disputa entre a disciplinaridade e interdisciplinaridade não é mais um tema que tenha relevo na política da Casa, uma vez que, hoje, somos 9 (nove) catedráticos em 120 (cento e vinte) professores e já somos suficientes para aplacar boa parte das querelas internas, para inibir certas agressividades. Temos uma paz na Faculdade muito maior do que nossos antecessores imediatos, os catedráticos do início dos anos 1990, terão conseguido, e eles eram gigantes — são gigantes, muitos permanecem inclusive atuando na nossa Pós-Graduação —, mas, ainda assim, parece que não conseguiram pacificar. A nossa geração vai conseguir.

Trata-se da concepção democrática de que há espaço para todos: isso se chama política. Não há que calar ninguém, nem uma área ou um ponto de vista, nada; ao contrário, queremos que a Escola seja a melhor e mais forte Escola do Brasil, nós queremos é lutar uns *pelos* outros.

Revista de Ciências do Estado: Quanto à grade curricular do curso, desde as propostas iniciais — das quais a primeira foi de vossa iniciativa — esse embate ideológico que comentamos estava presente e, inclusive, foi o Professor Marcelo Cattoni quem apresentou a grade que reconciliou o curso em dois percursos, o percurso de *Governança Social e Democracia* e o percurso de *Estado Democrático e Contemporaneidade*. Há 7 anos, quando conversávamos a respeito de sua percepção dos percursos, o senhor dizia: “Nenhum dos dois ficou efetivamente bom, todos os dois percursos têm os seus problemas, como

também o ciclo inicial tem. Mas foi a composição possível para que o curso começasse, recebesse alunos, e, a partir, inclusive, das demandas dos alunos, das críticas dos próprios alunos, que ele pudesse se transformar”. O momento atual dispõe das condições necessárias para se discutir a reformulação da grade curricular? E, independente de estarmos neste momento, quais seriam as suas propostas?

José Luiz Borges Horta: Nós conseguimos fazer uma reforma curricular que foi um avanço incrível e que gerou a estrutura atual, feita no período em que fui coordenador com a liderança do Professor Renato César Cardoso (que foi subcoordenador e depois coordenador). O subcoordenador conseguiu construir uma reforma curricular que fez a estrutura avançar tanto que, no primeiro semestre de implantação da reforma, o volume de formaturas foi enorme, porque nós conseguimos destravar várias questões que impediam os alunos de se graduarem.

O curso tinha, tem ainda, um componente muito interessante, ele é tão apaixonante que poderia ser um curso de 10 anos, porque muitos alunos preferem adiar a formatura, fazer mais e mais coisas, fazer os dois percursos, buscar outras disciplinas de outros cursos, não necessariamente no curso de direito, e desde sempre poucos chegavam à conclusão do curso. Entendia que isso não era apenas amor à Universidade e ao curso, como temos ainda até hoje, mas travas, impedimentos, dificuldades formais; e parte delas ao menos foram removidas de tal forma que, implantada a primeira reforma curricular do curso, ou digamos a única até agora, o volume de egressos imediatos foi um pouco impressionante, o coordenador já era o Professor Renato e as pessoas o procuravam para agradecer a reforma e caso se encontrassem comigo elas agradeciam de novo. Nós apenas desbloqueamos, flexibilizamos mais.

Continuo insistindo que nós seguimos com problemas e com questões que não foram enfrentadas ainda, porque basicamente muitas vezes os protagonistas desses enfrentamentos não se dispõem a enfrentar as questões, vou dar alguns exemplos, mas antes eu quero dizer da nossa possibilidade maior, que é o que já está em negociação pelo nosso coordenador, Professor Bruno Wanderley Júnior. Ele já discutiu com a nossa Pró-reitoria de Graduação a possibilidade de expansão do curso, não somente do ponto de vista de criar a segunda entrada — nós só temos uma entrada com 50 vagas, poderíamos ter duas entradas, uma outra no meio do ano com mais 50, ou até mesmo 40 e 40, não sei quão rápida é essa

subida no ponto de vista da faculdade —, mas de criação do curso fora da Faculdade de Direito, e há três possibilidades muito instigantes.

A primeira delas é uma proposta decorrente da consolidação recentíssima na UFMG do Campus Cultural de Tiradentes, com a efetivação da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade como fundação de apoio à UFMG. Neste momento de expansão, uma primeira proposta seria abrir o curso de Ciências do Estado em Tiradentes, neste caso o percurso oferecido seria o de *Estado e Cultura*; e veja que nós já temos um volume enorme de egressos que atuam na área cultural, quer no ponto de vista do Estado, quer no ponto de vista de projetos culturais, portanto, há uma simbiose enorme entre a estrutura analógica do Campus Cultural e a possibilidade do curso de Ciências do Estado — não há nenhum curso de graduação previsto para Tiradentes, e Ciências do Estado seria pioneiro.

A segunda seria avançar no volume de cursos de graduação ofertados no nosso campus de Montes Claros, nosso segundo campus mais importante ou de maior tamanho. O espaço de Montes Claros hoje está em franca evolução, então nós poderíamos ter uma turma de Ciências do Estado aberta no norte de Minas, o que representaria do ponto de vista do desenvolvimento regional algo altamente instigante. Nesse caso, o percurso poderia discutir se seria centrado em questões de *Estado e* — a vocação do campus sempre foi voltada para o mundo do agronegócio — *alimentos, Estado e Agropecuária* ou *Estado e desenvolvimento regional*, que é algo muito estimulante.

A Pró-Reitora Adjunta de Graduação sugeriu uma terceira opção, que é Diamantina, onde a UFMG tem a *Casa da Glória*, nesse caso dadas as tradições políticas de Diamantina, poderia ser talvez *Estado e História Política Mineira*. Se conseguíssemos ter uma ou 2 ou 3 dessas possibilidades, os percursos seriam intercambiáveis para os alunos, então um aluno que entrasse em Tiradentes não necessariamente faria o percurso *Cultural*, poderia fazer o percurso da *História Política* em Diamantina, por exemplo, nós passaríamos a ter não 2, mas 3, 4 ou 5 percursos disponíveis para os alunos dos 2, 3 ou 4 cursos de Ciências do Estado que a Universidade oferecesse.

Essa é uma possibilidade que está sobre a mesa e é muito forte, especialmente considerando que nós já sabemos que vai haver um novo *Reuni* — e vindo um novo *Reuni* nós teremos de ter novas propostas, se não, não teremos novos investimentos do governo federal. Já estamos construindo essas propostas e a expansão do curso de Ciências do Estado dentro de Minas Gerais já é uma expansão que a UFMG está prevendo. Há outras universidades, no momento são 3 universidades públicas, todas fora de Minas Gerais, uma

delas, a USP, já aprovou e avançou muito no processo de criação do curso de Ciências do Estado.

Há também a discussão da criação de um Mestrado em Ciências do Estado. Hoje nesta Faculdade de Direito há uma circunstância muito curiosa, o curso de Ciências do Estado, no contexto do *Reuni*, gerou vagas docentes para a Faculdade, essas vagas permitiram o ingresso de uma série de docentes na Faculdade que não necessariamente dão aula exclusivamente no curso de Ciências do Estado, mas quase todos dão aula no Programa de Pós-Graduação em Direito, quase todos têm um perfil interdisciplinar, de pesquisa de fronteira. E nesses quinze anos, os critérios de avaliação dos cursos, em todas as áreas, mas também no direito, passaram a valorizar hegemonicamente, substancialmente, a proporção de produção intelectual, de pesquisa, de inserção internacional, de professores em dedicação exclusiva e tempo integral.

E dada a criação do curso de Ciências do Estado tivemos dois desdobramentos muito interessantes. O primeiro é que os índices do curso de Direito da UFMG explodiram. Ele passou a ser inquestionavelmente, em qualquer estudo de qualidade, o melhor do país. Não necessariamente por conta do curso de Direito, mas por conta da Faculdade de Direito, que albergando um outro curso, modificou o perfil do seu corpo docente, o perfil da sua pesquisa, o perfil da sua produtividade. E com isso, a Faculdade de Direito passou a ser inquestionavelmente a melhor Faculdade de Lei do país. Além disso, esses professores subiram para a Pós-Graduação em Direito que se tornou a melhor avaliada do país com conceito Capes 7 — na qual há uma linha que foi criada e desde então comandada pelo mesmo professor; sigo ainda comandando a linha em *Estado, Razão e História*, em que muitos e muitos egressos do curso de Ciências do Estado fizeram os seus mestrados e doutorados.

Já temos doutores não só fora da UFMG como em outros programas da UFMG, por exemplo, na Ciência Política, na Sociologia, na Antropologia. No nosso programa de direito temos uma linha muito interdisciplinar aberta com esse perfil de acolhimento também dos principais egressos, do ponto de vista acadêmico, do curso de Ciências do Estado. Esses egressos, como vêm de uma estrutura já muito acadêmica, já muito inclinada à produtividade e ao debate, saltam na produção intelectual e na pós-graduação também. E nós podemos lembrar que o Professor Marcelo Cattoni, que é um dos grandes artifícios da nossa ascensão ao conceito 7, de excelência internacional, também passou pela coordenação de pós-graduação, mas antes foi o fundador do nosso curso de Ciências do Estado. E quando ele

fundou o curso, ele tomou uma decisão muito interessante. Ele marcou, consultado pela Pró-reitoria de Graduação, no Minas Mundi, (que é um programa interno da universidade para internacionalização da graduação) todas as universidades do mundo como universidades de interesse de um estudante de Ciências do Estado. Não haveria canto algum dos disponíveis no Minas Mundi que não nos interessasse. E o resultado é que o curso começou altamente internacionalizado, *proporcionalmente era o curso mais internacionalizado da UFMG* e deve ainda ser, do ponto de vista dos alunos de graduação.

A Pandemia gerou bastantes alterações do ponto de vista da internacionalização — nós sabemos que dificultou muito. Uma certa falta de visão do papel das universidades públicas também criou problema nos últimos anos, mas o curso de Ciências do Estado é recorde em internacionalização. Recorde em nossa universidade. Ou foi durante os primeiros anos. Graças à sabedoria do Professor Marcelo Cattoni, nosso Catedrático de Direito Constitucional, fundador do curso, junto com o Professor Joaquim Carlos Salgado, que também foi Coordenador da Pós-Graduação e depois Diretor da Casa, nosso Catedrático de Teoria Geral e Filosofia do Direito, já aposentado. Mas a sabedoria do Professor Cattoni, de permitir que os alunos conquistassem o mundo, internacionalizou o curso desde o início. O curso nasceu na internacionalidade, nasceu com a possibilidade de que os discentes fossem para onde quisessem, estudar o que quisessem.

Alguns de nós defendem que o curso mude os percursos por conta desse olhar internacionalizado que caracteriza muito a área, o perfil. O percurso de Estado deveria ter uma cara mais internacionalizada, enquanto o perfil de governança, com o enfoque nas políticas locais municipais, deveria não ter o nome de governança — que cada vez é mais neoliberal —, mas uma configuração voltada para a questão da cidade e da localidade. E os percursos ficam mal estruturados com o percurso de governança e o de Estado, quando, na verdade, são o percurso do internacional e o percurso do local. O Professor Cattoni chegou a pensar em fazer essa mudança quando ele uniu as grades, mas haveria muita gritaria dos neoliberais da Casa e nós achamos que os neoliberais também têm que ter o seu espaço.

Com o conceito 7, hoje a proposta mais forte no plano da Pós-Graduação é a criação do Mestrado Profissional em Ciências do Estado em convênio com instituições de Estado. Por exemplo, o IDP, se não me engano, do Ministro Gilmar Mendes, já tem Mestrado Profissional em Direito, me parece que em convênio. Não há diferença entre Mestrado Acadêmico e Mestrado Profissional do ponto de vista de titulação, mas há diferença no ponto de vista de concepção. E, inclusive, de interesse público. A um órgão público interessa

capacitar os seus servidores, então é perfeitamente possível haver um convênio no qual sejam incluídos no Mestrado Profissional doutores que integrem o órgão que está participando daquela turma, no processo de orientação, e com isso nós conseguiríamos angariar recursos para o Programa. Mas, nesse caso, o mestrado profissional seria uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação de Direito, nós não sairíamos do PPGD por conta desse conceito 7.

É muito difícil aceitarmos sair de um programa 7 e é estimulado que programas com grande envergadura, como é o caso do nosso, façam mestrados profissionais específicos, dirigidos. E nós temos expertise para um Mestrado Profissional em Ciências do Estado, que teria parte das vagas para livre concorrência, parte das vagas para as reservas da Universidade e parte das vagas reservadas para servidores ou agentes públicos do órgão que está consorciado, conveniado para aquele edital especial — cada edital com um perfil. Com isso, nós teríamos vagas específicas para livre concorrência, vagas específicas para as reservas de ação afirmativa, e parte das vagas seria reservada aos servidores públicos do órgão conveniado, mas há concurso, tem que fazer concurso para ver quais serão as pessoas que entrarão. Sempre se faria um convênio. Vamos dizer que metade das vagas ficaria para a instituição conveniada e a outra metade se faria como se faz no Programa de Pós-Graduação em Direito. É comum também um processo seletivo diferente, tudo poderia ser diferente, já que, sendo um mestrado profissional, ele é mais voltado para questões profissionais do que para questões acadêmicas. Essa é uma ideia que hoje está, parece, mais forte do que a ideia de criar um programa de pós-graduação à parte, em função do quanto para a Escola é importante manter o conceito 7 no Programa de Pós-Graduação, enquanto se compreende que o corpo docente do Bacharelado em Ciências do Estado é corresponsável pela conquista e pela manutenção do conceito 7. Nós teríamos esse dever institucional de lutar para manter o conceito e elevar a nossa produção intelectual internacional para manter a internacionalização de excelência do curso de pós-graduação.

Agora vem a parte problemática. Nós temos, nós vivemos alguns problemas que são, vamos dizer, graves. O primeiro problema é que a universidade modificou as suas normas gerais de graduação, modificou a lógica dos seus cursos, mas não tomou a decisão de as impor, deixou uma espécie de *vacatio legis* (como chamamos tecnicamente no direito) fluída. *Vacatio Legis* é o tempo que uma norma demora desde sua aprovação, publicação, divulgação, conhecimento público, para entrar em vigor, para fazer efeito, para ser cogente, para ser obrigatória. Então as normas gerais de graduação da UFMG não entraram em vigor, ou antes entraram e não entraram, são aplicáveis em tudo que diz respeito aos alunos. Os

alunos são obrigados a obedecer às normas gerais de graduação, os cursos não. E as normas gerais de graduação falam agora não mais em disciplinas, mas em estruturas formativas troncais. E inclusive, ou fundamentalmente, naquilo que precisa ser feito para desmontar a reforma da ditadura que é a estrutura formativa comum, de tronco comum: o ingresso de vários cursos em um tronco comum, assim como o avanço intelectual da UFMG se fez na área das ciências exatas e nas áreas das ciências naturais, quando nós tínhamos em todas as graduações dessas áreas dois anos absolutamente comuns a todos os cursos. Não importa se o aluno fizesse odontologia, biologia, medicina ou qualquer outra coisa, ele ficava dois anos no Instituto de Ciências Biológicas; e não importa se ele estudasse sobre engenharia, física ou qualquer outra área de ciências exatas, ele passava dois anos no Instituto de Ciências Exatas. O erro é que ele entrava no curso, já estava no curso, mas o acerto era que ele iniciasse a universidade por conhecimentos de fundamentação. Nas ciências humanas nós não tivemos isso. Por alguma razão que ninguém nunca me contou, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas se recusou a exercer o mesmo papel. A concepção da estrutura do tronco formativo permite que o ingresso seja no tronco comum. Ou seja, possibilita que o SISU seja feito para exatas, para humanas, para biológicas ou que o SISU seja feito para vários cursos sem separação do curso no início. Quer dizer, nós poderíamos selecionar os melhores de uma área ampla.

E os diplomas, como as normas gerais de graduação afirmam, seriam resultado das escolhas dos alunos, das disciplinas cursadas, dos caminhos que eles fossem escolhendo, e assim nós teríamos uma estrutura de seleção e de construção dos cursos muito mais apropriada do que temos hoje, que é essa estrutura disciplinar, que parece já exigir decisões de alguém que nunca na vida fez uma escolha.

O Professor Cattoni criou no curso de Ciências do Estado um bloco de quatro períodos e não chamou esse bloco de ciclo ou de disciplinas de iniciação ao Estado, mas de Iniciação às Humanidades, já antevendo aquilo que qualquer aluno que ingressasse nas ciências humanas deveria saber. O curso de Ciências do Estado vai ter um tronco comum com outros cursos. O curso de Direito vai ter uma entrada comum ou talvez não. O *olimpismo* jurídico às vezes não deixa e exige que o direito tenha o seu vestibular, mas terá tronco comum, porque a universidade vai adotar o tronco comum, ainda que não adote o ingresso no tronco comum.

O curso teve alguns vícios de origem; um primeiro vício mais evidente do curso é sua divisão departamental — era o que o curso precisava ter, para que a Escola não se

(ant)agonizasse. Para que não fosse um curso de dois departamentos — como é, pois ele é um curso basicamente conduzido pelo *Departamento de Direito Público* (DIP) e pelo *Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito* (DIT), todos de Direito —, era preciso ter uma participação do *Departamento de Direito e Processo Penal* (DIN) e do *Departamento de Direito e Processo Civil e Comercial* (DIC). E não havia o que colocar, mas era preciso deslocar vagas para esses departamentos, porque todos sempre precisam de mais vagas. Assim, para reduzir a resistência ao curso, era necessário criar disciplinas para serem ofertadas por esses departamentos.

Havia uma conta que se fazia antes da criação do curso, de que ele poderia gerar oito professores para a Faculdade. Para justificar a participação do DIN foi criada uma disciplina de *Criminologia e Sistemas Penais* no quarto período e para justificar a participação do DIC foram criadas três disciplinas, uma de *Cidadania e Pessoaalidade* (terceiro período) e duas outras que são de *Teoria da Empresa e Estruturas Jurídicas das Organizações Sociais*.

E havia colegas naqueles departamentos que queriam efetivamente participar e entendiam que iam gostar muito do curso, mas esses colegas, interessantemente, há dez anos não participam mais dele. Acho que eles se assustaram com o perfil, não era a praia deles. À época, a Congregação da Escola fez uma comissão presidida pelo Professor César Fiuza, que chefiava o DIC, e depois da criação do curso houve uma composição dentro da Escola de que, tão logo fosse possível, aqueles dois departamentos seriam desonerados de encargos no curso. Ou seja, as disciplinas que tinham sido criadas apenas para justificar a ida de vagas para esses departamentos deixariam de existir. Esse foi o compromisso dos professores, que constituem ainda o núcleo duro, com a chefia dos dois departamentos. Na época era o professor César Fiuza e o grande e querido Professor Marcelo Leonardo, hoje aposentado no DIN. Este não aguentou esperar e solicitou que a *Criminologia e Sistemas Penais* deixasse de ser uma disciplina obrigatória, foi aprovado na Câmara, foi aprovado no Colegiado de Ciências do Estado e agora está na reforma curricular, pequena, mas que está em tramitação neste momento. Portanto, o DIN está sendo desonerado antes do DIC, que não foi desonerado ainda. Apesar de muitos de nós acharmos que não precisamos onerá-los. Mas existe aí um problema, são disciplinas que têm professores excelentes, muito dedicados, mas que sabemos que são matérias que exorbitam os objetos de estudo do curso.

Por outro lado, terceiro problema grave, o terceiro período do curso, muito embora tenha sido estruturado com a melhor das posturas, intenções e perspectivas, do ponto de vista

do alunado ele não funciona. Há algo no terceiro período que os alunos rejeitam com muita força, parece que não flui a percepção de que ali é um semestre de estudo dos direitos fundamentais, sob os múltiplos ângulos e categorias que temos — não funcionou assim. E como não funciona, o Centro de Excelência Jean Monnet em Estudos Europeus da UFMG (CEJM-UFMG) está construindo uma proposta de remodelação do terceiro período todo, porque nós agora tivemos um reconhecimento, da representação da Comissão Europeia no Brasil, de que o nosso CEJM-UFMG é um centro de excelência em desenvolvimento sustentável. Por isso, nós estamos pensando em reestruturar o terceiro período, tendo como foco o direito ao desenvolvimento, ou, tiremos a palavra direito, o desenvolvimento.

Nós teríamos *desenvolvimento ambiental*, *desenvolvimento econômico*, *desenvolvimento social*, *desenvolvimento cultural* e *desenvolvimento político*, cinco disciplinas diferentes — todas elas ministradas de dentro do CEJM-UFMG. Teríamos uma unidade que hoje as cidadanias parecem que não conseguiram formar — geraram uma rejeição nos alunos. É uma proposta que o Centro está ainda discutindo, debatendo para submeter à União Europeia, para ver se a União Europeia entende que é interessante e a partir disso passaria a ser o Centro de Excelência Jean Monnet em Estudos Europeus a ofertar essas disciplinas dentro do curso de graduação em Ciências do Estado. Nós passaríamos a assumir o terceiro período.

Claro que há uma ou outra questão que precisa ser reajustada dentro do curso, isto é, melhorada. Algumas questões que nos matam de rir, por exemplo, não haver *Teoria do Estado II* nem como disciplina optativa — é divertido demais —, o discente tem que fazer como eletiva no Direito. Mas foi uma luta para colocar *Teoria do Estado I* no curso de Ciências do Estado, havia gente que não aceitava de maneira nenhuma que a Teoria do Estado fosse estudada em Ciências do Estado. Mas existem essas pequenas lutas que são de uma disciplina ou outra, questões que devem ser transformadas, temos pequenos problemas. Não tenho a menor dúvida que o curso é muito bom e pode melhorar. Ainda que o curso fosse perfeito ele poderia perfeccionar-se ainda mais.

Revista de Ciências do Estado: Finalmente, trabalhados por ora os sentidos do Bacharelado em Ciências do Estado, cumpre desvelar seus destinos. Nesse projeto, por apresentar uma carga utópica intrínseca, há de ter um objetivo maior. Portanto, prospectivamente, qual o destino maior do curso e quais caminhos ele deve traçar nessa celebração de debutante?

Professor Titular José Luiz Borges Horta: Durante muitos anos, tive uma autoimagem de que, no *O Pink e o Cérebro*, eu seria o Cérebro. Quem não conhece o desenho animado, o *cartoon*, o Pink é uma espécie de eterno sonhador e o Cérebro uma figura raivosa que tem sempre o mesmo plano, o mesmo projeto: “Amanhã vamos dominar o mundo”. Pensava que ali naquele desenho eu seria o Cérebro, mas a maior aventura do ser humano é o autoconhecimento e à medida em que avancei em autoconhecimento, descobri que sou o Pink e que, na verdade, sou apenas um utopista mesmo: uma pessoa que sonha com um futuro melhor, não para os mais próximos, os mineiros, os brasileiros — muito embora eu tenha uma escala de amor que traz evidentemente um amor incontrolável pela Casa de Afonso Pena, pelos seus estudantes e professores, também pelos seus servidores técnicos e administrativos. A nossa comunidade é uma comunidade maravilhosa e eu morro de orgulho de fazer parte dela — agora há trinta e quatro anos, entrei na Escola aos dezoito anos, e nunca saí.

Tenho um amor profundo pela Faculdade, pelos seus egressos, por todos nós, todos os professores e professoras. Queria muito que a Faculdade tivesse protagonismo municipal, estadual, federal, continental, mundial, intergaláctico, enfim, *protagonismo*. Penso que o Brasil sofre muito com o silenciamento de Minas Gerais, e compreendo que o silenciamento de Minas Gerais é o silenciamento da Casa de Afonso Pena: as vozes da Casa de Afonso Pena precisam recuperar as suas cordas vocais.

Em que sentido? Estou dizendo que as profundas tradições de Minas e os profundos valores mineiros fazem muita falta ao Brasil. Quando se diz que Minas é o coração do Brasil, que nas eleições quem ganha em Minas ganha no Brasil — e a proporção costuma ser paralela, já que Minas é uma amostragem perfeita do Brasil —, no fundo o que se quer dizer é que o mineiro é muito brasileiro. Assim como quando se quer dizer o que é a camisa da seleção brasileira: embora haja muitos adversários no Brasil, fora do país quando se aparece com a camisa da Seleção Brasileira se é muito bem recebido, em qualquer lugar do mundo a Seleção Brasileira de Futebol é uma referência positiva (tem gente que odeia isso). Naquilo que nós somos bons deveríamos nos autoadmirar. Não devemos esconder aquilo que somos, que conseguimos fazer. Que bom que nós temos meninos — e agora meninas também — que vêm de comunidades paupérrimas e ganham o mundo mostrando a ele uma arte: jogar é uma arte, uma arte de grande proporção. E nós nos envergonhamos, acham que nós deveríamos ter prêmios Nobel.

Ora, para termos prêmios Nobel, nós temos que parar de fingir determinadas coisas que nós fingimos, uma delas é manter a reforma Jarbas Passarinho do jeito que ela está, até hoje. Se nós continuarmos ignorando a escada de ascensão dos saberes como nós vivemos ignorando, realmente não vai acontecer. Se nós queremos ter prêmios Nobel, nós temos que nos comportar como uma universidade europeia. Mas nós temos tanta coisa maravilhosa no Brasil, o mundo reconhece um brasileiro: onde você estiver, se você disser que é um brasileiro, haverá um sorriso aberto.

É um orgulho ser brasileiro, um orgulho ser mineiro, um orgulho ser egresso da Casa de Afonso Pereira. E é um orgulho gigantesco ser professor. Eu lutei muito para entrar como professor. Lutei muito para continuar na Faculdade, quem acompanhou esses trinta e quatro anos sabe disso. E lutei muitíssimo para chegar na cátedra.

Nosso dever é conquistar o mundo — o Cérebro disse isso já. Nós temos que achar formas. O curso de Ciências do Estado é um curso plural. Nós albergamos dentro dele uma pluralidade ideológica invejável. Se observados os nossos egressos, eles estão em destaque em todas as forças políticas existentes no nosso país. Em todas as forças políticas do país já há egressos do curso de Ciências do Estado. Mas os primeiros têm dez anos de formados, quando tiverem vinte anos de formados, onde eles estarão? A comunidade de Ciências do Estado, egressos da Faculdade de Direito da UFMG, terá na Política tanto ou mais poder, prestígio e protagonismo que a comunidade de egressos do Bacharelado em Direito tem, deve ter — e precisa aumentar o poder nas estruturas propriamente jurídicas do país. Nós precisamos recuperar o protagonismo em Minas, se não fizermos isso, não cumpriremos a nossa missão. Mas eu sou só um professor, com muito orgulho um fundador, mas não é o meu curso, eu não sou cientista do Estado — não tenho essa honra. Para vocês, como dizia Flávio Cavalcante — que vocês não conhecem —, “o céu é o limite”.

Como citar esta entrevista: HORTA, José Luiz Borges. Os destinos do Bacharelado em Ciências do Estado. Entrevistadores: RODRIGUES, Lucas Antônio Nogueira; CARVALHO, João Pedro Braga de; BARRETO, Pedro Luiz Rodrigues; SALVADOR, Nikolas Mendes; OLIVEIRA, Hellen Luiza Balbino. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 1–22, 2023.

Realizada em 05.03.2023

Publicada em 30.06.2023

